



## “Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

**Eixo temático:** Política Social e Serviço Social

**Sub-eixo:** Política de Educação

### EDUCAÇÃO SUPERIOR E PADRÃO DEPENDENTE EDUCACIONAL NO BRASIL: particularidades e dilemas no capitalismo dependente

JANAÍNA LOPES DO NASCIMENTO DUARTE <sup>1</sup>  
ANDREZA TELLES DOS SANTOS FERREIRA <sup>2</sup>  
MARIA LUÍSA GOMES PENHA <sup>2</sup>

**RESUMO:** Análise da educação superior exige sua inserção como política no capitalismo dependente, segundo padrão também dependente educacional, marcado pela heteronomia cultural. A partir de revisão bibliográfica, especialmente da obra de Florestan Fernandes, adota-se como método o materialismo histórico dialético e tem-se como objetivo analisar a educação superior e suas particularidades no Brasil, compreendendo sua inserção dependente no capitalismo mundial e suas características locais dominantes. Assim, abordam-se: pressupostos sobre o tema; IES privadas e falso dilema sobre democratização; conceito de heteronomia cultural e limitações da educação superior no Brasil; considerações finais que alimentam a luta pela educação de qualidade e pública.

---

1 Professor com formação em Serviço Social. Universidade De Brasília / Programa De Pós-graduação Em Política Social

2 Estudante de Pós-Graduação. Universidade De Brasília / Programa De Pós-graduação Em Política Social

**Palavras-chave:** Capitalismo Dependente; Educação Superior; Heteronomia Cultural; Padrão Dependente Educacional.

**ABSTRACT:** Analysis of higher education requires its insertion as a policy in dependent capitalism, according to a pattern that is also dependent on education, marked by cultural heteronomy. Based on a bibliographic review, especially the work of Florestan Fernandes, the dialectical historical materialism method is adopted and the objective is to analyze higher education and its particularities in Brazil, understanding its dependent insertion in world capitalism and its dominant local characteristics. Thus, the following are addressed: assumptions about the theme; Private IES and the false dilemma about democratization; concept of cultural heteronomy and limitations of higher education in Brazil; final considerations that feed the struggle for public education with quality.

**Keywords:** Dependent Capitalism; Higher Education; Cultural Heteronomy; Educational Dependent Pattern.

## **1 – INTRODUÇÃO: pressupostos críticos sobre educação e capitalismo dependente**

Este trabalho objetiva analisar a educação superior e suas particularidades no Brasil, compreendendo-a em um país que se insere de forma dependente no capitalismo mundial e que assume determinado lugar na divisão internacional do trabalho, com desdobramentos dessa inserção para as políticas sociais em geral e, em particular, para a educação superior.

Para entender a educação sob essa perspectiva, faz-se necessário especificar o método utilizado para a análise dessa política, pois, “[...] para Marx, o

método não é um conjunto de regras que se “aplicam” a um objeto que foi recortado para uma investigação determinada [...]” (NETTO, 2012, p.52), ou seja, não é algo limitado, mas uma forma de compreender a dinâmica das relações sociais e dos seus processos sócio históricos. Nestes termos, para compreensão da educação superior e das suas particularidades na atualidade, e a partir de revisão bibliográfica (especialmente da obra do sociólogo Florestan Fernandes e de seus interlocutores) e de reflexões coletivas realizadas em grupo de estudos sobre Educação e Serviço Social no capitalismo dependente, adota-se como método o materialismo histórico dialético, priorizando as categorias historicidade, totalidade e contradição para a análise da educação superior no Brasil.

Assim, apreende-se, de forma crítica, que a ampliação do ensino superior, sob a aparência de “democratização”<sup>3</sup>, ocorre a partir do acesso no setor privado mercantil. Destaca-se que parte significativa dessas Instituições de Ensino Superior (IES) são não-universitárias, o que significa que as mesmas não têm a obrigação com a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Dessa forma, o Brasil apresenta um padrão educacional que enfraquece a formação dos sujeitos sociais.

Cabe ressaltar que a formação dos indivíduos no âmbito educacional perpassa pela construção de valores, ideais, modelos de sociedade, perspectivas de mundo, e, portanto, os espaços educacionais são estratégicos para a reprodução da vida e para a permanência das estruturas sociais. Para a compreensão de todos esses elementos, a categoria totalidade é essencial, pois a educação é influenciada por características históricas, políticas, culturais e econômicas, as quais “não podem e não devem ser entendidas como partes estanques que se isolam ou se complementam, mas como elementos da totalidade, profundamente imbricados e articulados” (BEHRING; BOSCHETTI, 2010, p.43).

O conhecimento da natureza do capitalismo e do papel do Estado no processo de estabelecimento das políticas sociais<sup>4</sup> são centrais para compreender

---

<sup>3</sup>De acordo com Fernandes (1975), a democratização do ensino somente pode ser legitimada e defendida a partir de uma sociedade equitativa, em que todos possam acessar igualmente o mesmo padrão, rompendo com a dualidade educacional, o que daria base também para romper com a heteronomia cultural.

<sup>4</sup>Segundo Behring e Boschetti (2010, p. 51), “as políticas sociais e a formatação de padrões de proteção social são desdobramentos e até mesmo respostas e formas de enfrentamento – em geral setorializadas e fragmentadas – às expressões multifacetadas da questão social no capitalismo”.

as nuances do projeto contraditório da sociedade capitalista e da luta de classes, pois, quando se fala em política de educação, é preciso delimitar qual modelo de educação se apresenta na sociedade contemporânea e quais são seus elementos estruturais e dinâmicos diante da condição dependente em que o país se encontra inserido na dinâmica internacional.

Fernandes (2009) defende que as classes sociais nos países latino-americanos de capitalismo dependente apresentam formações histórico-sociais típicas, devido a não superação das suas raízes colonialistas, em que mantém a articulação entre o arcaico e o moderno em seu desenvolvimento capitalista. Desse modo, as estruturas dessas sociedades dependentes estão vinculadas a normativas externas, inclusive no aspecto cultural, em que atendem aos interesses da burguesia local em associação permanente com a burguesia internacional, constituindo uma relação de parceria<sup>5</sup> ou uma dupla dominação burguesa, materializada a partir de um processo de dupla exploração e expropriação da classe trabalhadora, alimentando as duas faces desta dominação, local e hegemônica (DUARTE, 2020), a fim de manter condições de renda, prestígio e poder (FERNANDES, 2009).

Nesse cenário de capitalismo dependente, as tentativas de uma política educacional de ensino superior baseada na equidade tornam-se inviáveis, pois “em uma sociedade de classes, o interesse das classes dominantes será sempre o polo determinante da estruturação” (TONET, 2005, p.142), de modo que as classes subalternas são subjugadas, tendo seu acesso negado a uma educação de fato qualificada e que garanta acesso e permanência amplamente democráticos.

Segundo os estudos de Duarte (2020), fundamentados no pensamento educacional de Florestan Fernandes, constitui-se no Brasil um padrão dependente de educação como resultado do padrão dependente de desenvolvimento capitalista, acarretando um processo permanente de heteronomia<sup>6</sup> estrutural dos países dependentes e de suas instituições, uma vez que “as instituições educacionais são

---

<sup>5</sup>“As burguesias locais se constituem como parceiras (ainda que menores e subordinadas) das burguesias hegemônicas” (DUARTE, 2020, p. 80).

<sup>6</sup>Heteronomia é um termo utilizado para se referir a falta de direção, de autonomia, segundo os estudos de Fernandes (2008) se refere ao termo heteronomia cultural para tratar da condição dos países dependentes em relação às determinações dos países hegemônicos que extrapolam o âmbito econômico e perpassam também os aspectos culturais e sociais.

expressões da sociedade de classe em que se inserem” (DUARTE, 2020, p. 81).

Nesse debate também se ressalta o papel do Estado no capitalismo para sustentar uma estrutura de classe e as relações de produção, o qual possui uma função tanto integradora, quanto repressiva (MANDEL,1982), e instrumental no capitalismo dependente, em particular, servindo aos interesses da dupla dominação burguesa (local e hegemônica)<sup>7</sup>, em detrimento de interesses da classe trabalhadora.

O contexto de crise estrutural do capital (MÉSZÁROS, 2011), com diversas transformações societárias, acarreta, na contemporaneidade, novos contornos e consequências que incidem, de maneira mais avassaladora, no desmonte de direitos sociais, como a educação, particularmente no capitalismo dependente. Tal lógica e determinações manifestam-se diretamente a partir da ampliação da privatização da educação superior, no desmonte do setor público deste nível educacional e na ampliação da heteronomia cultural, com maior subordinação da produção intelectual aos interesses privados da dominação burguesa no Brasil em associação à burguesia internacional.

Diante destas breves considerações introdutórias e sem o intuito de esgotar o debate, continuaremos as reflexões a partir dos dilemas que envolvem o ensino superior, considerando a expansão das IES privadas, a pseudo democratização da educação superior e a manutenção da heteronomia cultural no Brasil.

## **2 – INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PRIVADAS E O FALSO DILEMA DA “DEMOCRATIZAÇÃO” DO ENSINO**

A política educacional brasileira é marcada por profundas desigualdades e historicamente a educação superior nunca se configurou como um direito social no Brasil. Ao contrário, na Constituição Federal de 1988 é defendido que o acesso ao ensino superior não está disponível como um direito para todos, pois o seu alcance

---

<sup>7</sup>É importante lembrar que “as políticas sociais não serão simples concessões do Estado burguês, mas resultarão sempre, em grau maior ou menor, da luta entre capital e trabalho” (TONET, 2015, p.281) e que no capitalismo dependente o regime de classes assume complexidades que precisam ser consideradas (FERNANDES, 2009) diante das disputas em torno das políticas sociais, especialmente a política de educação.

é realizado de acordo com a capacidade individual dos sujeitos<sup>8</sup>.

Cabe dizer que esta análise não está desvinculada de eixos norteadores que irão determinar o desenvolvimento da educação superior no país, bem como seu padrão dependente e a formação para o trabalho simples. Assim, é relevante destacar tais eixos: a) o estudo das particularidades da formação social brasileira; b) a compreensão do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, em que este se insere de forma dependente no capitalismo mundial; e c) qual o seu lugar na divisão internacional do trabalho.

Por isso, considera-se importante situar a atualidade da política de educação superior a partir do quantitativo<sup>9</sup> das Instituições de Ensino Superior (IES) existentes no país: 87,6% pertencem à rede privada de ensino e somente 12,4% fazem parte da rede pública. No que concerne aos dados das matrículas, pode-se afirmar que seguem a mesma lógica: 77,5% ocupam o setor privado e somente 22,5% encontram-se no setor público. O mesmo acontece com a quantidade de vagas, em que a rede privada oferta 95,6% e a rede pública 4,4%.

Cabe ressaltar que no ano de 2020, “quase 3,8 milhões de alunos ingressaram em cursos de graduação. Desse total, 86% em instituições privadas.” (BRASIL/MEC/INEP, 2022, p. 18). Então, pode-se afirmar que a política nacional de educação superior brasileira tem priorizado o acesso ao ensino superior e não a totalidade da educação superior (o tripé ensino, pesquisa e extensão), via IES privadas (PEREIRA, 2008) focadas apenas no ensino.

De acordo com pesquisa recente efetuada pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior/Fórum Nacional De Pró-Reitores de Assuntos Estudantis (ANDIFES/FONAPRACE, 2019), houve uma mudança importante do perfil discente das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), aproximando-se mais da realidade brasileira. No entanto, apesar disso, o perfil do ensino superior brasileiro ainda é marcado pelo acesso com limitações da

---

<sup>8</sup>Conforme o Artigo 208 da Constituição Federal: “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: [...] V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, *segundo a capacidade de cada um*” (BRASIL, 1988, s/p, grifos nossos).

<sup>9</sup>Segundo o Censo da Educação Superior de 2020, das 2.457 (duas mil quatrocentos e cinquenta e sete) Instituições de Ensino Superior (IES) do país, 2.153 (duas mil cento e cinquenta e três) são privadas, enquanto que somente 304 (trezentos e quatro) são públicas (BRASIL/MEC/INEP, 2022).

parte mais explorada e expropriada da classe trabalhadora, não sendo de fato garantido o acesso de forma ampla, democrática e qualificada à educação superior em sua totalidade (ANDIFES/FONAPRACE, 2019).

Portanto, a política de educação superior vigente privilegia a oferta especialmente ao ensino via setor privado-mercantil e por meio da modalidade do Ensino a Distância (EaD) como forma de ampliação do acesso à educação superior, como se assim fosse garantida a “democratização”<sup>10</sup> do ensino. Cabe ressaltar que esse modelo de ensino - o EaD - garante o aumento das estatísticas educacionais para o país sem o aumento de investimentos consideráveis por parte do Estado e, ainda, fortalece o mercado educacional.

Em relação ao EaD, pode-se afirmar que esta modalidade de ensino tem constituído um crescimento vertiginoso: “O volume de ingressos em 2020 teve um aumento significativo na modalidade a distância. Na modalidade presencial houve uma queda.” (BRASIL/MEC/INEP, 2022, p. 17). Sobre a quantidade de ingressantes, o Censo da Educação Superior de 2020 traz outro dado importante relacionado ao EaD,

o aumento do número de ingressantes entre 2019 e 2020 é ocasionado, *exclusivamente*, pela modalidade a distância, que teve uma variação positiva de 26,2% entre esses anos, já que nos cursos presenciais houve um decréscimo de 13,9%; (BRASIL/MEC/INEP, p. 17, grifo nosso).

Também significativo destaca que “entre 2010 e 2020, o número de ingressos variou negativamente em 13,9% nos cursos de graduação presencial e nos cursos a distância aumentou 428,2%,” (BRASIL/MEC/INEP, 2022, p. 17). Sobre a participação, o “percentual dos ingressantes em cursos de graduação a distância em 2010 era de 17,4%, essa participação em 2020 é de 53,4%.” (BRASIL/MEC/INEP, 2022, p. 17).

Pela primeira vez, desde a criação dos cursos EaD, no que tange ao número de matrículas, os cursos presenciais registram uma queda de -9,4% entre os anos de 2019 e 2020, já os cursos EaD contaram com um aumento de 26,8%,

---

<sup>10</sup>Para Fernandes (1975), a democratização do ensino somente pode ser legitimada e defendida, a partir de uma sociedade equitativa, em que todos possam acessar igualmente o mesmo padrão, rompendo com a dualidade educacional, o que daria base também para romper com a heteronomia cultural.

representando 35,8% do total das matrículas nos cursos de graduação (BRASIL/MEC/INEP, 2022).

Parte expressiva das IES no Brasil são não universitárias, ou seja, não apresentam a obrigatoriedade da realização do tripé ensino, pesquisa e extensão (PEREIRA, 2008), o que exclui a maioria dos estudantes no país da produção de conhecimento, de uma possível educação autônoma, qualificada e crítica, por meio da combinação dos eixos deste tripé. Esse predomínio de IES não-universitárias se constitui como uma das características do padrão de desenvolvimento dependente do capitalismo e da educação no Brasil, assim como, no que diz respeito ao lugar do Brasil na divisão internacional do trabalho (FERNANDES, 1975).

Como o acesso à educação superior não se constitui como um direito, a defesa da sua “democratização” concretiza-se, em sua maioria, por meio da compra e venda do “serviço educação” e a oferta, majoritariamente, limita-se ao âmbito do ensino (desconsiderando pesquisa e extensão). Assim, a educação superior é concebida a partir da lógica da mercadoria, nicho lucrativo do capital local/hegemônico, e como modo de fortalecimento da lógica da heteronomia cultural, ou melhor, da dependência educacional, nos termos de Fernandes (1975).

Trata-se de uma condução que fortalece a ofensiva neoliberal e naturaliza ideologicamente<sup>11</sup> as desigualdades sociais e, conseqüentemente, as desigualdades presentes na educação superior. Isto significa que as disparidades inerentes ao sistema capitalista são tratadas, pela ordem hegemônica, como se fossem o resultado do modo como se comportam os indivíduos e não pelas contradições sociais decorrentes das relações entre as classes sociais (FERNANDES, 1976), particularmente no capitalismo dependente.

### **3 – HETERONOMIA CULTURAL E DUPLA DOMINAÇÃO BURGUESA COMO ESSÊNCIA DO PADRÃO DEPENDENTE DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL**

---

<sup>11</sup>Segundo Fernandes (1975, p. 128-129) “As ideologias ignoram, dissimulam ou ocultam tais inconsistências. Por isso, os valores educacionais de uma sociedade democrática vão numa direção. A distribuição das oportunidades educacionais, em outra. A estrutura da renda, do poder e do prestígio social determina, normalmente, a desigualdade entre os ‘competidores’ e facilita a manipulação das funções institucionais no sentido de favorecer as classes que detêm o controle social, econômico e político da ordem estabelecida.”



Compreende-se que o modo como a educação superior se desenvolve no Brasil é determinada pela desigualdade estrutural oriunda de sua formação social.

A perpetuação da lógica do antigo regime no desenvolvimento do capitalismo no país determina a dependência existente no Brasil em relação aos países capitalistas centrais. Para Fernandes (2009), a inclusão da economia brasileira no mercado mundial é um processo histórico-social que vincula o destino da nação emergente ao neocolonialismo, sendo realizado um salto econômico obrigatório, tanto para a economia interna como para o capitalismo mundial, mas que não rompe com estruturas arcaicas, reacionárias, antissociais e antinacionais. Isto ocorre em razão da constituição no Brasil de uma burguesia local<sup>12</sup> com características não clássicas, em termos revolucionários também clássicos, conforme análises de Fernandes (1976).

As impossibilidades históricas formam uma cadeia, uma espécie de *círculo vicioso*, que tende a repetir-se em quadros estruturais subsequentes. Como não há ruptura definitiva com o passado, a cada passo este se reapresenta na cena histórica e cobra o seu preço, embora sejam muito variáveis os artifícios da 'conciliação'" (FERNANDES, 1976, p. 202, grifos nossos).

Nas palavras de Fernandes (1976), a dependência tem como eixo estruturante do capitalismo dependente brasileiro a dominação burguesa em sua dupla face (interna e externa), especialmente a partir de uma burguesia local conglomerada que se mantém historicamente a partir de

[...] múltiplas polarizações com as estruturas econômicas, sociais e políticas do país. Ela não assume o papel de *paladina da civilização* ou de *instrumento da modernidade*, pelo menos de forma universal e como decorrência imperiosa de seus interesses de classe. ela se compromete, por igual, com tudo que lhe fosse vantajoso: e para ela era vantajoso tirar proveito dos tempos desiguais e da heterogeneidade da sociedade brasileira, mobilizando as vantagens que decorriam tanto do 'atraso' quanto do 'adiantamento' das populações (FERNANDES, 1976, p. 204, grifos do autor).

Neste sentido, a burguesia local interna no Brasil se constitui segundo um "horizonte cultural que era essencialmente o mesmo, polarizado em torno de

---

<sup>12</sup>Em concordância com Fernandes (1976), não há no país a formação de uma burguesia nacional ou brasileira que esteja na defesa dos interesses da nação e do desenvolvimento de um país autônomo, mesmo que nos limites da ordem capitalista. O que existe é uma burguesia local, articulada à burguesia externa que se limita a defender seus interesses particulares e torná-los interesses gerais do país.

preocupações particularistas e de um entranhado conservantismo sociocultural e político” (FERNANDES, 1976, p. 205) que vai também invadindo o universo educacional no país. Isto porque a constituição histórica e a consolidação da educação superior no Brasil vão se realizando a partir das articulações entre burguesia local e burguesia externa, ao sabor dos interesses desta dupla dominação, marcadas pelo controle externo e por exigências muito tímidas e precárias (FERNANDES, 1975).

Nos termos de Fernandes (1975, p. 53), as origens da escola superior, o que termina marcando o seu desenvolvimento em sua totalidade, carrega os traços de um “subprocesso cultural da monopolização do poder pelos setores privilegiados das classes possuidoras [...] prisioneiras de suas funções societárias”.

Portanto, as origens da educação superior no Brasil são determinadas também pelo desenvolvimento capitalista dependente, limitando “[...] a produção de conhecimento original, por meio da pesquisa, e a formação de horizonte intelectual crítico, dirigido para análise da sociedade brasileira [...]” (FERNANDES, 1975, p. 54), sempre condicionada aos interesses particularistas da burguesia local associada aos interesses da burguesia internacional e significando a “[...] ausência de uma mentalidade universitária adequada à concepção do mundo na era da ciência, da tecnologia científica e do planejamento em escala social” (FERNANDES, 1975, p. 54). Portanto, delimitada pelos limites da heteronomia cultural.

O padrão dependente educacional pode ser explicado por uma importante particularidade do capitalismo dependente, o fato de que a maior parte do excedente econômico produzido pelo país é realizado via exploração do trabalho simples, aquele que é destinado para as massas populares, identificado por Marx (2013, p. 103) como o “[...] que, em média, toda pessoa comum, sem qualquer desenvolvimento especial, possui em seu organismo corpóreo [...]”. A formação para o trabalho complexo se refere, de acordo ainda com Marx (2013, p. 201), à “[...] uma força de trabalho com custos mais altos de formação, cuja produção custa mais tempo de trabalho e que, por essa razão, tem um valor mais elevado do que a força simples de trabalho”. No Brasil, a formação para o trabalho complexo restringe-se a uma pequena fração da classe trabalhadora – frações específicas das camadas

médias e altas – e para parte da burguesia. Nesta direção, Fernandes (1975, p. 125 – 126) esclarece essa questão defendendo que:

Na medida em que não ocorreu uma revolução social, o poder continua nas mãos das mesmas classes dominantes e das suas elites políticas. A alteração das concepções não se prende, pois, aos imperativos de uma 'filosofia democrática' da educação. Mas, a propósitos bem definidos de atacar e destruir a nacionalização dos serviços públicos, onde quer que ela se tenha desenvolvido, qualquer que seja sua importância prática e quaisquer que sejam as consequências nocivas do que está se fazendo. O alvo visado constitui um 'objetivo sagrado' na nova maneira de ver as coisas: trata-se de despojar o Estado brasileiro de estruturas e funções que colidam com o privatismo de estilo plutocrático e com os requisitos políticos do novo padrão de desenvolvimento econômico e cultural dependente, gerado pelas forças incontroláveis do capitalismo monopolista mundial.

Essa racionalidade explicitada brevemente acima, molda/reforça também um padrão dependente educacional e civilizatório e determina o lugar ocupado pelo país na divisão internacional do trabalho, de exportador de matérias-primas e importador de tecnologia produzida pelos países centrais. Assim, o papel e a função que a educação ocupa no Brasil é organizada para formar principalmente mão-de-obra barata, priorizando uma formação educacional para a maioria voltada para o trabalho simples. Isto posto, pode-se afirmar que não é interessante para a burguesia local investir na educação superior das massas para além do ensino (e um ensino com muitos limites, como no caso do EAD), ou seja, em uma educação que garanta a produção de conhecimento para além das exigências do mercado (LEHER, 2010). Consoante Fernandes (1966, p. 21, grifos nossos):

Desse ângulo, não deixa de ser um paradoxo a estranha contradição que impera no Brasil: enquanto propugnamos por 'desenvolvimento econômico acelerado' e por uma 'política de desenvolvimento', mantemos a educação como um privilégio social e como um fator estático ou neutro. Toda inovação exige, para erigir-se ou perpetuar-se, atitudes e comportamentos novos - o que significa: conhecimentos novos sobre técnicas sociais igualmente novas. O nosso sistema de ensino atua, nesse sentido, às avessas; prepara o homem para ajustar-se a uma *ordem social estática e tradicionalista*, embora a própria sociedade tenda para padrões organizatórios dinâmicos e instáveis. Por isso, se quisermos progresso e desenvolvimento reais, teremos de vencer essa contradição.

Diante do padrão dependente educacional, marcado pela heteronomia cultural e pelas características da dominação burguesa em sua dupla face, a educação superior no Brasil contribui para uma formação limitada, precária e que não se

propõe a problematizar os dilemas e desafios sociais e educacionais brasileiros.

Portanto, não há no país uma educação direcionada para a reconstrução social, ou seja, com o objetivo de construir um país autônomo, livrando-o de sua dependência histórica (econômica, política, sociocultural)<sup>13</sup>. Para que isto aconteça, é necessária a defesa da produção do conhecimento crítico e reflexivo, com estímulo à pesquisa, bem como, a formação de intelectuais e pensadores críticos comprometidos que possam criar alicerces para a construção de uma verdadeira democratização da educação e da sociedade brasileira. Cabe, então, salientar três pontos defendidos por Fernandes (1975, p. 149) para os problemas voltados para a educação superior brasileira:

Primeiro, exigindo que a gratuidade do ensino superior seja mantida e completada por medidas que proporcionem, efetivamente, a democratização das oportunidades educacionais e da cultura. Segundo, exigindo, mais que isso, alterações na estrutura da renda, do prestígio social e do poder, que conduzam à existência e à consolidação de um Estado democrático, a uma política educacional voltada para todo o povo brasileiro, e a modelos autônomos do desenvolvimento cultural. Terceiro, finalmente, exigindo que a reconstrução da universidade se processe sem retrocessos e sem destruir as conquistas anteriores – quer quanto à expansão do sistema de ensino público superior, quer quanto à valorização da nacionalização, como técnica administrativa e política, e da democratização das oportunidades educacionais e de participação da cultura, como requisito intelectual de um estilo de vida social democrático.

Sendo assim, Fernandes (1966) nos aponta que para que seja realizada uma alteração de rumo, comprometida com a transformação do modelo educacional de padrão dependente, defendida pelo mesmo como uma chave importante para o rompimento com a ordem burguesa, a transformação das instituições educacionais deveria ser realizada através das demandas da classe trabalhadora, e não a partir das demandas das burguesias externas e internas. Portanto, é preciso lutar por um outro projeto de sociedade e educação radicalmente distinto do que vigora na atualidade, que é privatista e essencialmente definido pelo estímulo ao EAD e pelo desmonte das universidades públicas brasileiras (DUARTE, 2017).

---

<sup>13</sup>Lembrando que, conforme Fernandes (2008, p. 23), “o capitalismo não é apenas uma realidade econômica. Ele é também, e acima de tudo, uma complexa realidade socio cultural, em cuja formação e evolução histórica concorreram vários fatores extraeconômicos”, cujo aspecto essencial de análise devem ser as “influências estruturais e dinâmicas da ordem social global sobre a absorção e a expansão do capitalismo no Brasil, uma sociedade nacional do mundo subdesenvolvido”.

### 3 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os sujeitos estão inseridos nessa lógica e a educação no capitalismo dependente tem avançado na direção dos interesses da manutenção da ordem do capital, sendo que, a política educacional brasileira, e em especial a educação superior, tem uma importante função que é a de manter o *status quo* por meio de uma concepção hegemônica burguesa que se expressa por meio de elementos de heteronomia cultural, que reforçam o padrão dependente educacional.

Dessa forma, entende-se que a política educacional tem o papel de formar uma força de trabalho adaptada às demandas do processo produtivo do país e à lógica do capitalismo dependente. Conseqüentemente, a política de educação superior segue essa mesma linha, na defesa da manutenção da ordem burguesa e de seus interesses, de modo a reforçar as disparidades educacionais existentes e ser conivente com a lógica neoliberal.

Nesse sentido, o papel do ensino superior no Brasil, enquanto majoritariamente privado e distante da tríade ensino, pesquisa e extensão, é fundamental para a reprodução tanto da dependência como da hegemonia burguesa em sua dupla face, interna e externa, pois possibilita o enfraquecimento da formação e das bases educacionais para além dos interesses do capital, e ainda potencializa o aumento da quantidade de trabalhadores disponíveis para o mercado de trabalho de modo a propagar a ideia de uma educação superior com finalidade mercantil.

Além disso, este tipo de educação superior (focada no ensino privado) contribui para a expansão de uma sociedade aberta aos interesses do capital em seu estágio imperialista, de modo a impedir qualquer alteração educacional que possibilite e conjugue com a formação de sujeitos críticos capazes de organizar a construção de um projeto de sociedade e de educação autônomos e voltados para os interesses da classe trabalhadora e de seus descendentes.

Por isso, as determinações da educação superior pelo poder hegemônico da burguesia são centrais para a manutenção do padrão dependente educacional, como nos ensina Fernandes (1975). Os dados apresentados ressaltam esse viés e mostram que o Estado por meio de articulações com o setor privado busca garantir o

acesso ao ensino superior por meio de uma ilusória democratização do ensino. Observam-se as estratégias utilizadas para isso, como a ampliação das vagas nas IES privadas e o estímulo avassalador ao EaD como simplificação e aligeiramento da formação profissional. Esses caminhos são utilizados para possibilitar uma rápida inserção no mercado, atendendo aos interesses da dupla dominação burguesa (interna e externa), além de minimizar a relevância de uma formação superior completa e fundamentada.

Desse modo, é preciso romper com a dependência e estas reflexões críticas caminham na direção da contribuição dos estudos e ações como “peças de combate” (FERNANDES, 1975, p. 33), a fim de que sejam mais problematizados os limites do tipo e do acesso à educação superior por meio da lógica da falsa democratização por meio privado. Destarte, é essencial que se questione: como compreender as diversas determinações atuais da educação superior no Brasil diante de sua estruturação como uma sociedade capitalista dependente?

Por isso, os estudos sobre a atualidade da educação superior exigem que se considerem as análises críticas sobre a formação social brasileira, o desenvolvimento capitalista dependente e o conseqüente padrão dependente educacional no país e a vasta obra do intelectual militante Florestan Fernandes, assim como outros estudiosos do Brasil, podem contribuir com férteis e potentes reflexões que alimentem novas e velhas lutas em defesa da educação brasileira de qualidade e pública.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDIFES/FONAPRACE. Associação Nacional Dos Dirigentes Das Instituições Federais De Ensino Superior/Fórum Nacional De Pró-Reitores De Assuntos Estudantis. **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFEs.** Uberlândia. Anais. Uberlândia: 2019.

BEHRING, Elaine R.; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: Fundamentos e História.** São Paulo: Cortez, 7ª ed., 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF,

1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 17 de fevereiro de 2022.

BRASIL/MEC/INEP. **Censo da Educação Superior 2020**: notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2022.

DUARTE, Janaína Lopes do Nascimento. Notas sobre o pensamento educacional de Florestan Fernandes. In: LIMA, Kátia Regina de Souza (org). **Capitalismo dependente, racismo estrutural e educação brasileira**: diálogos com Florestan Fernandes. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020, p. 77-93.

DUARTE, Janaína Lopes do Nascimento. **Trabalho Docente do Assistente Social nas Federais**: contradições e resistências em tempos de intensificação e produtivismo acadêmico. 2017, 467 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina**. 4. ed. São Paulo: Global Editora, 2009.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento**. 5ª edição revista, São Paulo: Global, 2008.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**. Zahar: Rio de Janeiro, 1976.

FERNANDES, Florestan. **Universidade brasileira**: reforma ou revolução? São Paulo: Alfa - Omega, 1975.

FERNANDES, Florestan. **Educação e Sociedade no Brasil**. São Paulo: Dominus Editora, 1966.

LEHER, Roberto. Crise estrutural e função social da universidade pública. In: **Temporalis**. Brasília, v. 1, p. 15 - 39, 2010.

MANDEL, Ernest. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da Economia Política. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009

NETTO, José Paulo. **Introdução ao Método de Marx**. Teoria Social. 1ª edição. São Paulo: expressão popular, 2012.

PEREIRA, Larissa Dahmer. **Educação e Serviço Social**: do confessionalismo ao

empresariamento da formação profissional. São Paulo: Xamã. Editora, 2008.

TONET, Ivo. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Ijuí: Unijuí, 2005.

TONET, Ivo. Qual política social para qual emancipação? In: **Revista SER Social**. Brasília, v. 17, n. 37, p. 279-295, jul.-dez./2015.

,